

# Superior Tribunal de Justiça

## HABEAS CORPUS Nº 538.547 - SP (2019/0303610-6)

**RELATOR** : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA  
**IMPETRANTE** : LEONARDO GONCALVES FURTADO LIMA  
**ADVOGADO** : LEONARDO GONÇALVES FURTADO LIMA - SP308983  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : ERNANDES DE JESUS FELIX (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de ERNANDES DE JESUS FELIX contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, no julgamento da Apelação n. 1501322-15.2019.8.26.0228.

Consta dos autos que o paciente foi condenado pelo Juízo de 1º grau, às penas de 5 anos de reclusão, em regime inicial fechado, e 500 dias-multa, pela prática do delito previsto no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006 (fls. 132/140).

Inconformada, a defesa apelou e o Tribunal *a quo* negou provimento ao recurso (fls. 196/203).

No presente *mandamus* (fls. 3/14), a impetrante sustenta estar configurado constrangimento ilegal em razão do afastamento do redutor previsto no § 4º do art. 33 da Lei n. 11.343/2006, apontando estarem presentes todos os requisitos para a concessão do benefício.

Por fim, uma vez reduzida a pena, sustenta que o paciente faz jus ao regime inicial mais brando, nos termos do disposto nos enunciados 440 da Súmula desta Corte e 718 e 719 da Súmula do Supremo Tribunal Federal, e à substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos.

Ao final, requer, liminarmente, a fixação do regime inicial semiaberto e, no mérito, a aplicação do redutor de pena previsto no art. 33, § 4º, da Lei n. 11.343/2006 na fração máxima, a confirmação do pedido liminar ou a

# Superior Tribunal de Justiça

fixação do regime inicial aberto e a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos.

É o relatório. **Decido.**

De início, o presente *habeas corpus* não comporta conhecimento, pois impetrado em substituição a recurso próprio. Entretanto, nada impede que, de ofício, seja constatada a existência de ilegalidade que importe em ofensa à liberdade de locomoção do paciente.

No caso, ao menos em juízo de cognição sumária, não verifico manifesta ilegalidade apta a justificar o deferimento da medida de urgência, sendo necessário aprofundado exame dos autos para a aferição de eventual constrangimento ilegal, notadamente se considerado que o regime inicial mais gravoso, a princípio, foi aplicado em razão da gravidade concreta da conduta (fl. 139).

Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito da impetração, o qual deverá ser analisado em momento oportuno, após parecer ministerial, por ocasião do julgamento definitivo do *habeas corpus* pelo colegiado.

Ante o exposto, **indefiro** a liminar.

Devidamente instruídos, dispenso o envio de informações. Dê-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Intimem-se.

Brasília, 08 de outubro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA  
Relator